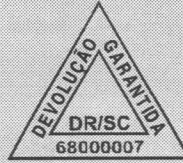


NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 14 de junho de 2002

Ano 4 Nº 100

Rejeição de contas leva prefeitos a debater LRF na AL

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A rejeição das contas, referentes ao exercício de 2000, de 72% das prefeituras catarinenses pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), motivou a realização de uma audiência pública na segunda-feira (10), para esclarecer prefeitos e ex-prefeitos sobre as rigorosas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em vigor desde maio de 2000.

Presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), a reunião contou com a presença de cinco conselheiros do TCE, entre eles o presidente Salomão Ribas Júnior, lideranças políticas de todas as regiões do Estado, parlamentares e o presidente da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) e prefeito de Zortéa, Alcides Mantovani.

Ao classificar a Lei como "muito severa", Ribas Júnior reiterou que não houve



Conselheiros do TCE comparecem ao Legislativo

período de carência para a sua execução, razão pela qual uma grande parcela dos administradores municipais descumpriu o artigo 42. O dispositivo proíbe a contratação de empréstimos nos dois últimos quadrimestres sem que haja disponibilidade de caixa permitindo seu pagamento até o final do exercício.

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB)

lamentou a punição a que estão sujeitos muitos ex-prefeitos, citando como exemplo a inelegibilidade, frisando que administradores honestos podem, injustamente, perder seus direitos políticos. Ribas Júnior admitiu que o órgão fiscalizador pode mudar sua fórmula de análise, levando-se em conta o esforço de muitos administradores municipais em reduzir as dívidas.

Blasi considerou positiva a audiência pública, que superlotou o Plenarinho. O TC ainda não deu um parecer definitivo sobre a questão e os conselheiros admitiram verificar algumas questões da Lei, como o fato de que ela não pode ser retroativa a sua sanção, em maio de 2000. "O TC vai analisar os pedidos de exame em reanálise", concluiu. (RV)

Assembléia em Curitibanos

Homenagear o município de Curitibanos pela passagem de seus 133 anos e aproximar a Assembléia da população, foram os principais objetivos da sessão solene da noite dessa quinta-feira (13), no Ginásio de Esportes Onofre Santo Agostini, dentro do projeto de interiorização da Assembléia Legislativa.

Na sessão, proposta pelo presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), foram homenageados - com troféus, medalhas e diplomas -, ex-prefeitos, ex-parlamentares representantes do município, o cidadão Ulisses Gaboardi (em memória) e 92 entidades que trabalham pelo desenvolvimento da cidade e pelo bem estar da

população. Entre elas, as Apaes, entidades que sempre mereceram prioridade por parte de Agostini, autor da lei que prevê a aplicação de 8% dos recursos destinados pelo Executivo à educação especial. A *Ordem Internacional das Filhas de Jó* e o *Capítulo da Ordem de Molay* que agregam, respectivamente, jovens que atuam na área social e filhos de maçons que são treinados para o exercício de cidadania e para desenvolver capacidade de liderança, também foram homenageados.

A sessão foi transmitida ao vivo para o município pela Rádio Coroado e pela TV AL, através do canal 13 - Canção Nova. Na oportunidade foi apresentado um áudio-visual, produzido pela equipe

da TV AL, mostrando a história e o potencial econômico do município, conhecido como *Capital Catarinense do Alho*. Um livro, produzido pela equipe do *Centro da Memória da Assembléia*, contando a trajetória histórica do município, foi distribuído às autoridades municipais.

Com 36.657 habitantes, Curitibanos tem economia alicerçada, basicamente, na produção agropecuária e no reflorestamento. A criação do cavalo campeiro tem contribuído para fortalecer a economia local. Vale lembrar que, no passado, Curitibanos sediou episódios históricos como as Revoluções Federalista e Farroupilha, além da Guerra do Contestado. (MIL)

OPINIÃO

As ações de combate à estiagem



A triste situação por que passam, atualmente, alguns municípios da região Oeste do estado vítimas da estiagem, nos leva a refletir sobre ações que poderiam ter sido deflagradas para amenizar o problema. É lógico que as intempéries não podem ser controladas, mas programas preventivos são necessários e indispensáveis.

O governo do Estado, como gerenciador dos recursos precisa se antecipar a essas questões, impedindo que os prejuízos sejam maiores. O problema da estiagem atinge, sobretudo, a produção agrícola e a criação de animais. Sem uma fonte de renda segura o agricultor larga o campo e foge para a cidade. E aí, conseqüentemente, há um empobrecimento do interior e de quem se refugia nos centros urbanos.

Como parlamentar, tenho acompanhado há anos o desespero de quem convive anualmente com os períodos de estiagem no interior de Santa Catarina. E cada vez me convenço mais de que a situação pode ser revertida se os investimentos forem aplicados em programas preventivos, como a construção de poços artesianos, açudes, cisternas e a redução dos níveis de poluição dos recursos hídricos. E a verdade é que boa parte dos municípios

que hoje sofrem com a seca carecem dessas medidas definitivas.

Neste semestre, enquanto acompanhava "in loco" os prejuízos causados pela seca nos municípios do Oeste, passei a cobrar exaustivamente do governador atos emergenciais em defesa dos nossos agricultores. Foram pedidos de informação, ofícios, apelos em plenário, na tentativa de sensibilizá-lo sobre o grave cenário criado na agricultura catarinense. Os prejuízos derrubaram as perspectivas de uma boa safra de feijão, milho e soja. Houve também perdas irreparáveis na criação de bovinos, suínos e aves.

Embora o governo do Estado tenha procurado agir, mesmo que tardiamente, ainda assim o questionei sobre os valores investidos, os municípios contemplados com recursos e os órgãos da administração estadual envolvidos nessa campanha contra a seca. Porém, gostaria de ressaltar que medidas emergenciais não são suficientes para equacionar o problema.

Entendo que uma das saídas seria a destinação de recursos para investimentos em programas de prevenção à estiagem. Por isso, este ano, apresentei emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) visando contemplar municípios da região Oeste. Resta agora, o governo dar sinais de que pretende, realmente, resolver esse problema.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB)
sorgato@alesc.sc.gov.br

Em defesa do patrimônio público



Imaginem uma empresa autárquica, cujo lucro mensal é de R\$ 500 mil e meta-de das ações dela é colocada a venda por R\$ 400 mil? Isso significa dizer, no mínimo, que quem ingressar nesse ótimo negócio, em dois meses, vai se ressarcir do investimento e lucrar R\$ 100 mil. Essa autarquia que gera um lucro de R\$ 6 milhões por ano é o Porto de São Francisco do Sul.

No mês de abril, a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembléia, a qual tenho a honra de presidir, realizou em São Francisco do Sul a primeira audiência pública para discutir o projeto de lei do Executivo, que trata da autorização para constituir a empresa de economia mista SC Portos. Outras duas reuniões foram promovidas pela comissão.

Causa estranheza que um projeto desta envergadura e desta importância não tenha tido nenhuma discussão prévia com a comunidade do Norte do estado e, principalmente, com a população de São Francisco. O Porto representa em torno de 80% da

economia do município e, no entanto, sequer o prefeito da cidade sabia da existência do projeto.

Ao que parece, o governo do Estado tencionou apressar a votação na Assembléia Legislativa, comprometendo um patrimônio público importante para Santa Catarina, seguindo o modelo de dilapidação do governo Federal.

Que negócio é esse que o governo de Santa Catarina está querendo impor à população? Onde está o compromisso com o patrimônio público? Durante a primeira audiência, o diretor do Porto disse que era importante criar a empresa de economia mista e extinguir a autarquia para viabilizar eventuais empréstimos do BNDES.

A venda de 49% das ações do Porto São Francisco do Sul não pode ser tratada desta forma. Haveremos de continuar este debate na Comissão de Transportes com os diversos segmentos envolvidos na questão portuária. Vamos defender a manutenção do Porto como empresa pública e a retirada do projeto da Assembléia porque contraria o interesse da população.

Deputado Jaime Duarte (PPS)
jaime@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
Chefe de Redação: Marise Ortega
Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Mirela Maria Vieira
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Retratos apresenta Urussanga e Bom Retiro

Colonizado por imigrantes italianos que trouxeram para o município sua própria identidade cultural, manifestada através da produção de uva e de vinho, das comidas típicas, das festas, da música e da dança, Urussanga fez sua apresentação ao público na noite dessa quin-

Sul. Para o prefeito a apresentação foi uma oportunidade única de mostrar ao público a cultura e as tradições locais. Além de saborear produtos típicos como o queijo e o vinho, o público acompanhou a apresentação do grupo de dança *Vino, Amor e Tradizione* e foi convidado a participar

da 9ª Festa do Vinho que acontece em Urussanga de 5 a 11 de agosto – convite feito pela rainha, pelas princesas e pelas embaixatrizes da festa.

Retiro foi prestigiado com a presença dos deputados Sandro Tarzan e Ivan Ranzolin, ambos do PPB, João Henrique Blasi (PMDB) e Afrânio Boppré (PT), além do prefeito Jair José Farias (PDT).

Ao parabenizar o presidente da AL, Onofre Agostini (PFL) e os parlamentares pela oportunidade dada aos municípios, Farias lembrou que a *maçã gala* produzida em Bom Retiro é a de melhor qualidade no país, destacando ainda a produção de vime, de perfume e de jeans.

Origem - A cidade surgiu da abertura de uma estrada que interligava Des-

(foto Giancarlo Borroluzzi)



Coral italiano

ta-feira (6), no projeto Retratos de Santa Catarina. Distante 190 km da Capital, Urussanga é conhecida nacionalmente como a *Capital do Bom Vinho*, sendo que o município tem sua economia baseada na agricultura, pecuária, exploração de carvão mineral além da produção de vinho.

Várias autoridades prestigiaram a apresentação, entre elas o governador Esperidião Amin (PPB), o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), o prefeito de Urussanga, Vanderlei Rosso (PMDB), e parlamentares da região

O Coral Nossa Senhora do Perpétuo Socorro deu início às apresentações artísticas de Bom Retiro, município do Planalto Serrano, que apresentou terça-feira (11) seus produtos e sua cultura na 43ª edição do Projeto Retratos de Santa Catarina.

Retornando à Galeria de Arte, que sediou o lançamento, no dia 21 de março, da 9ª Festa Estadual do Churrasco, Bom



(foto Carlos Kilian)

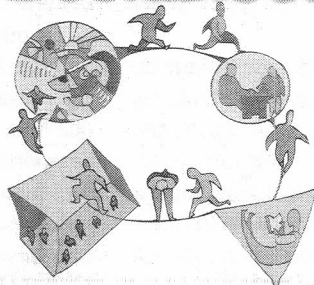
Apresentação de dança gaúcha

terro a Lages, em 1790. Na ocasião, o responsável pela obra, Antônio Marques de Arzão, encantado pela beleza da região e motivado pelo convite ao repouso, denominou-a Bom Retiro. A fundação ocorreu no dia 14 de janeiro de 1923. (RMPP/RV)

AL promove 3º Seminário do Poder Legislativo

A importância da qualificação do servidor público dos Legislativos estadual e municipais, bem como dos parlamentares, foi destacada pelo presidente da Escola do Legislativo, deputado Gilmar Knaesel (PPB), nessa quarta-feira (12), durante a abertura do 3º Seminário do Poder Legislativo: *Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos*. “Com a globalização foram impostas muitas mudanças à sociedade. A iniciativa privada se estruturou para enfrentar este desafio, mas o setor público ficou atrás nes-

III SEMINÁRIO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER LEGISLATIVO: ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOPOLÍTICOS E JURÍDICOS



te processo e mais recentemente vem investindo na preparação e qualificação de seus representantes para adaptar-se a esta nova exigência”, comentou Knaesel, idealizador e criador da Escola do Legislativo durante sua gestão à frente da AL.

O presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), lembrou que, há cinco anos, os índices sobre a imagem que a sociedade tinha do servidor públi-

co eram negativos. “Agora, esta mudança foi significativa e passou pela qualificação do servidor, que por consciência própria procurou se preparar melhor”.

A Escola do Legislativo, que tem sua programação voltada principalmente aos servidores públicos da Assembléia e das Câmaras Municipais, vereadores e deputados, realizou este evento em parceria com a Unisul e Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família. Durante os três dias do seminário foram debatidos temas como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a responsabilidade dos parlamentares e servidores, os programas de integração dos legislativos (Interlegis) e a inserção do Plano Diretor nas determinações da Lei 10.257/2001 (Estatuto das Cidades). (SD)

COMISSÕES

Audiência pública repudia seguro-apagão

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Reunindo representantes dos setores produtivo, políticos e representantes da sociedade organizada, o seguro-apagão, instituído por lei federal foi contestado e repudiado por unanimidade. Na audiência, requisitada pela deputada Ideli Salvatti (PT), foi discutida a questão da geração e distribuição de energia elétrica. Participaram do encontro o Procurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, o secretário da Fazenda, José Abelardo Lunardelli, o representante da



Deputada Ideli preside audiência

secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Danilo Aurich Cunha, a deputada federal Luci Choinaski (PT), o presidente da Celesc,

José Fernando Xavier Faraco, o vereador Mauro Passos (PT) e representantes do Procon. A audiência teve início com as explanações dos engenheiros Carlos Augusto Kirchner e Augusto de Abreu Pugnali.

Pugnali, superintendente técnico da Enercons Consultoria de Energia, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico e do Instituto Ilumina da Região Sul, criticou o governo pela falta de investimentos no setor e cobrou a economia feita pelos brasileiros durante o racionamento. "Não podemos

pagar por uma energia que ainda não foi consumida, e o governo ainda nos deve os 20% de cada mês que cada brasileiro economizou. Teoricamente estaríamos ainda com saldo" completo.

Carlos Augusto Kirchen, representando a Federação Nacional dos Engenheiros, fez coro com seu colega, salientando que o atual modelo de gestão não deu e não dará certo, porque não cria atrativos para o mercado privado.

O vereador Mauro Passos, autor da representação contra o seguro-apagão junto ao Ministério Público Federal (MPF), transformada em Ação Civil Pública, garante que o Poder Público não pode impor sobre-tarifa sem que haja uma relação efetiva com a prestação do serviço realizado. "Essa ação é bem fundamentada e mostra as violações ao Código de Defesa do Consumidor, deixando clara a natureza jurídica dos encargos", disse.

Segundo Alberton, existe uma perspectiva favorável para suspender a cobrança do seguro-apagão nas contas de luz. (TK)

Criada CPE da suinocultura

O plenário aprovou a constituição de Comissão Parlamentar Externa (CPE), composta de cinco membros para, no prazo de 90 dias, tratar de assuntos pertinentes à cadeia produtiva de suínos no estado. A CPE foi proposta pelo presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), para avaliar o zoneamento produtivo, problemas ambientais, a exclusão do pequeno produtor familiar da atividade suinícola e promover análise e encaminhamentos de interesse dos produtores às agroindústrias e aos governos federal e estadual.

A CPE é resultado de audiência pública realizada recentemente pela Comissão de Agricultura na cidade de Seara, da qual participaram criadores, empresários, políticos e entidades associativas ligadas ao setor, quando foi editada a *Carta de Seara*. Os participantes consideraram necessária a adoção de medidas para que as questões concernentes à atividade suinícola, notadamente no que se refere ao baixo preço pago ao produtor e pelo alto custo dos insumos, continuassem a ser discutidas. (CW)

Subcomissão discute problemas das Polícias Civil e Militar

Na sétima reunião realizada pela Subcomissão de Justiça e Segurança Pública, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), estavam presentes representantes das Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária, o consultor jurídico da secretaria de Segurança Pública, Edelson Naschenweng, gerente de serviços de patrimônio da Fatma, Luiz Alvaro dos Santos, o diretor da Sociedade dos Sargentos de Florianópolis, Carlos Waltortt.

O deputado enfatizou a necessidade de se reformular o banco de dados tanto da polícia militar quanto da civil, uma vez que as ocorrências policiais acabam sendo arquivadas duas vezes, influenciando o resultado final das estatísticas criminais.

Outro assunto abordado na reunião foi a questão da desestruturação familiar, com base no aumento de assaltos realizados por crianças e adolescentes. O depu-

tado salientou a necessidade dos policiais também se integrarem com a secretaria da Família.

Um dos pontos altos da reunião foi quando o diretor da Sociedade de Sargentos de Florianópolis, Carlos Waltortt, colocou em discussão a pouca segurança que os profissionais de sua área têm, sendo que muitos deles moram nos mesmos bairros e morros que muitos traficantes de drogas e integrantes de quadrilha. "Além do risco diário que o trabalho impõe, muitos policiais correm perigo também quando voltam para casa, já que o bandido sabe onde e a que hora encontrá-lo", afirmou. "Por isso a importância de se dar uma melhor estrutura tanto de material de trabalho, como armas e treinamentos eficientes, quanto salarial aos policiais, independente de ser civil ou militar, já que hoje todos sofrem com o problema da violência voltada para eles", completou. (TK)

COMISSÕES

Empresários querem mudanças no projeto do Simples/SC

(foto Jonas Lemos Campos)

O Projeto de Lei nº 189/02, de origem governamental, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas catarinenses no pagamento do ICMS, o chamado Simples/SC, foi tema de audiência pública da Comissão de Justiça. O encontro realizado na terça-feira (11) e presidido pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), reuniu, além de parlamentares, representantes das secretarias da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico, da Federação das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, Associação de Distribuidores e Atacadistas do Estado e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas.

De acordo com o secretário da Fazenda, José Alberto Lunardelli, em todo o Estado cerca de 69 mil empresas se enquadram no Simples/SC. Elas recolhem o imposto sob a forma de um percentual da receita tributável. A principal polêmica, que gerou a audiência pública, é o artigo do projeto que exige das micro e pequenas em-

presas o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS de mercadorias adquiridas em outros estados para serem revendidas em Santa Catarina. Segundo os empresários, esse recolhimento, previsto no

projeto governamental representaria um acréscimo de 100% no pagamento do ICMS. "Isso provocaria o fechamento de milhares de estabelecimentos", disse o presidente da Fampesc, Luiz Carlos Floriani, que defende a aprovação do projeto desde que seja suprimido o artigo em questão. O presidente da FCDL, Cido Gessner,



Mesa dos trabalhos

teme a exclusão de um grande número de empresas do Simples caso seja mantido o projeto original do governo.

A pedido de um grande número de empresários, a deputada Ideli Salvatti (PT) elaborou uma emenda ao projeto que suprime o recolhimento do diferencial da alíquota. (RMPP)

Presidente do TJ desabafa na Assembléia

A situação da Justiça catarinense é calamitosa. Esta foi uma das declarações do presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, na audiência pública proposta pelo deputado Onofre Agostini (PFL), que aconteceu no Plenário da AL, na última terça-feira (11).

Amaral e Silva esclareceu que as 16 comarcas e 52 novas varas, aprovadas pelos deputados em 1998 e 1999, ainda não foram instaladas por falta de recursos financeiros. E já que tramita na Assembléia a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que fixa os percentuais repassados pelo Executivo aos demais poderes, o deputado Agostini apresentou uma emenda propondo reajuste do percentual repassado ao judiciário de 6% para 7%.

Ao justificar a emenda, Agostini citou como exemplo o município serrano de Campo Belo do Sul, onde a população tem que percorrer 100 km de estrada não pavimentada para chegar à comarca mais próxima. "Para vencer a batalha contra a violência precisamos garantir estrutura financeira ao Poder Judiciário, uma entidade que conta com a confiança da população", argumentou o parlamentar.

O presidente do TJ disse que "sem este reajuste de percentual a Justiça catarinense poderá entrar em colapso", e citou o caso do município de Sombrio - Sul do estado-, onde tem um juiz para 15 mil processos. "Interpretando o processo como uma doença social, equivaleria a um médico para cada 15 mil pacientes", comparou o desembargador. Portanto, o reajuste de percentual além de viabilizar a instalação das novas varas e comarcas,

vai aliviar o volume de trabalho dos juízes e promotores e agilizar o trâmite de processos.

Vale registrar que dos 293 municípios catarinenses apenas 94 sediam comarcas.

O desembargador disse ainda que "quando é para beneficiar o Executivo, o governo usa a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como argumento e quando é para negar benefícios aos demais Poderes usa a Constituição Federal". (MIL)

Setor cerâmico busca socorro

Uma moção, de autoria do deputado Valmir Comin (PPB), aprovada quarta-feira (12) pela Comissão de Finanças, denuncia ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em Brasília, a concorrência desleal enfrentada pelas indústrias cerâmicas de Santa Catarina provocada pelas empresas de São Paulo. A aprovação do documento ocorreu durante audiência pública da comissão presidida pelo deputado Heitor Sché (PFL) e solicitada pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), em que estiveram presentes representantes de segmentos como secretaria da Fazenda, Indústria Ceramista e Sindicato dos Tra-

balhadores no setor.

Segundo Benedet, indústrias de São Paulo estão invadindo o mercado catarinense com produtos de qualidade inferior e com preços até dez vezes menores do que os produzidos no Estado.

O diretor de Administração Tributária da secretaria da Fazenda, João Paulo Mosena, recebeu dos parlamentares o pedido de que seja intensificada a fiscalização, principalmente nas regiões de fronteira, para impedir a entrada de produtos cerâmicos de outros estados e também vistorias nas revendedoras de materiais de construção. (RMPP)

PLENÁRIO

AL aprova projeto de lei sobre emancipações

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O plenário aprovou, nessa terça-feira (11), projeto de lei, subscrito pelos deputados da região Sul do estado, alterando dispositivos da Lei Complementar 135/95 que trata das emancipações de municípios. A alteração refere-se ao artigo 16, e garante a emancipação dos municípios caso 15% da população votante aprove através de plebiscito.

O primeiro distrito que se beneficiará com estas alterações será o Balneário Rincão, que pertence ao município de Içara, Sul do estado. "A comunidade lotou dez ônibus para



Plenário completamente lotado na votação

acompanhar a votação e não podíamos adiar mais a matéria, até porque ela já foi exaustivamente discutida pelas comissões pelas quais passou", afirmou o deputado Herneus de Nadal (PMDB).

O deputado Ivan Ranzolin (PPB) frisou que Balneário Rincão, assim que for emancipado, já começa sua história sendo maior do que 80% dos municípios catarinenses. "A emancipação é o primeiro passo para que o progresso se torne parte integrante da nova cidade. Foi assim com vários outros municípios catarinenses", falou. (TK)

Abuso a subordinado é alvo de projeto de lei

Na maioria dos países europeus o assédio moral é crime sujeito às sanções legais. No Brasil golpear a auto-estima do funcionário, humilhá-lo, por qualquer que seja o motivo, ainda é tolerado por não haver legislação específica. Esta estratégia utilizada na disputa por cargos ou para forçar um pedido de demissão, entre outros expedientes



mantelli@alesc.sc.gov.br

- como a degradação das condições de trabalho, ações de isolamento, recusa de comunicação, ataques contra a dignidade, violência verbal, ameaças físicas e sexuais -, passa a ser proibida, de acordo com o projeto de Lei que tramita na AL, de autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT).

O parlamentar parte do princípio de que

nada é mais importante do que a dignidade humana, muito acima do aspecto financeiro ou do reconhecimento público dos fatos. O projeto proíbe, em toda estrutura estatal, o exercício de qualquer ato, atitude, ou ainda, de posturas que possam ser caracterizadas como assédio moral no trabalho.

O assédio moral, de acordo com o projeto de lei, será considerado infração grave e sujeitará o infrator a sanções que vão da advertência, passando pela suspensão, até a demissão por justa causa. Na aplicação dessas penalidades serão considerados os danos para a administração, ficando o servidor obrigado a permanecer no serviço até ressarcir. (NCeS)

Estímulo ao esporte amador

Com objetivo de estimular o esporte amador, uma vez que os clubes e instituições esportivas passam por grandes dificuldades que inviabilizam qualquer iniciativa de prática desportiva, foi aprovado projeto do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) dispondo sobre incentivos aos clubes e instituições que promoverem o espor-

te amador em Santa Catarina.

De acordo com a matéria, fica o Executivo autorizado a conceder incentivo através de recursos destinados à educação, cultura e desporto, aos clubes ou instituições que promoverem atividades relacionadas ao esporte amador, os quais deverão se cadastrar previamente na secretaria da Fazenda. (CW)

Terras indígenas

Para assegurar aos agricultores reassentados irregularmente pelo Estado em terras indígenas o reassentamento ou indenização, o deputado Afrânio Boppré (PT) apresentou projeto de Emenda Constitucional.

No passado, Santa Catarina desenvolveu políticas de colonização em terras consideradas devolutas, mas que na verdade pertenciam ao povo indígena. Como consequência ocorreu a expulsão e a restrição dos direitos dos povos indígenas, sendo as terras divididas e repassadas aos agricultores. Conforme Boppré, o problema se agravou e surgiram os conflitos na medida em que os povos indígenas tiveram seus direitos assegurados pela Constituição Federal, mas a administração estadual não garantiu a indenização aos agricultores, que compraram terras na boa fé e hoje estão desamparados pelo Estado.

"Daí a necessidade de se estabelecer instrumentos que amparem os trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que se respeite os direitos dos povos indígenas", ponderou o parlamentar. (CW)

Liberação de recursos

Aprovada a MP nº 103/02 que libera R\$ 5,4 milhões às 60 mil vítimas da estiagem dos municípios do Oeste catarinense. Segundo o deputado Joares Ponticelli (PPB), líder do governo, o Executivo fez um levantamento junto aos agricultores para ter idéia da dimensão das perdas ocasionadas pela seca para depois liberar os recursos necessários. (TK)

Vetos mantidos

Os parlamentares mantiveram o veto total ao projeto do deputado Nelson Goetten (PPB), que instituiu a certificação de *Qualidade Agrícola*, a ser atribuída aos empreendedores agropecuários que demonstrem o cumprimento da legislação ambiental incidente no campo da atividade que desen-

volvem.

Transporte gratuito - Também foi mantido o veto total ao projeto do deputado Francisco de Assis (PT), que garantia o transporte gratuito ao especialista em educação que, no entendimento do autor, faz parte do conjunto das categorias que compõem a estrutura de ensino. (MOR)

Novo conselheiro no TC

Assembléia aprovou a indicação do nome de José Carlos Pacheco para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), aberta com a aposentadoria compulsória de Antero Nercolini. Funcionário de carreira do TCE há quase 30 anos, Pacheco é atualmente o único auditor com menos de 65 anos, requisito indispensável para a função com base na Constituição Estadual. (MOR)

Inclusão no Prodec

Aprovado projeto do deputado Afrânio Boppré (PT) que dispõe sobre a inclusão no Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec - (Lei nº 11.345/00) das empresas estatais e sociedades de economia mista. O autor ex-

plica que "o Prodec existe para, através do ICMS, que é dinheiro público, estimular somente investimentos privados. Nossa proposta prevê o uso do dinheiro público para alavancagem de investimentos nas empresas públicas". (CW)

Resgate aéreo

Os deputados Manoel Mota (PMDB), José Paulo Serafim (PT), Reno Caramori (PPB), Jaime Mantelli (PDT) e Jaime Duarte (PPS) encaminharam moção ao ministro da Justiça e à bancada catarinense no Congresso Nacional solicitando a implantação definitiva do serviço de resgate aéreo em Santa Catarina. O serviço seria disponibilizado pela Divisão de Operações Aéreas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos moldes daquele promovido durante a Operação Vera-

neio, quando o helicóptero e os operadores foram remanejados para outras atividades no Rio Grande do Sul.

O trabalho realizado pelo resgate aéreo durante os 93 dias da Operação Veraneio em Santa Catarina foi bastante produtivo, com atendimentos prestados em nove quedas de barreiras, 52 acidentes de trânsito, seis afogamentos, 15 casos clínicos, seis auxílios à equipe terrestre, dentre outros. Daí a necessidade de que o serviço tenha caráter permanente no Estado. (CW)

Proposições

Deputados Onofre Agostini, Julio Garcia, Cesar Souza, Heitor Sché, Clésio Salvaro e João Macagnan, todos do PFL, ao prefeito de Lages, organizadores e a comunidade, pela realização da *14ª Festa do Pinhão*.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao ministro do Desenvolvimento Agrário, requerendo a elevação em 100% dos tetos estabelecidos para custeio de plantio de 1 hectare pelo Pronaf.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao Coronel-PM Friederich Gunnar Thiemann, chefe da Casa Militar do Estado de SC congratulando-se pelo recebimento do diploma e das insígnias no grau de cavaleiro, concedidos pelo Conselho da Ordem do Rio Branco.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao governador solicitando relatório contendo o número de professores efetivos do Estado, bem como o número dos que não estão em sala de aula.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao governador solicitando auxílio financeiro para aquisição de equipamentos para o funcionamento do Corpo de Bombeiros Voluntários da cidade Sombrio.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) aos prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores de Aurora, Agronômica, Caibí, Botuverá e Guabiruba cumprimentando-os pelos aniversários dos municípios.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador pedindo cópia do edital de licitação da obra de pavimentação do trecho Sombrio/Balneário Gaivotas.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) à Telesc Brasil Telecom solicitando a ampliação da rede telefônica de Rio dos Cedros.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao presidente da Telesc Brasil Telecom pedindo a instalação de linhas telefônicas na localidade de Praia Grande do Ervino em São Francisco do Sul.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) à comunidade de Marema parabenizando-a pela passagem do 14º aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Deputado João Macagnan (PFL) ao ministro das Minas e Energia e ao presidente da Petrobrás apelando para que não seja extinta a Unidade de Negócios do Sul - UN-SUL de Itajaí.

Deputado Odacir Zonta (PPB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Marema cumprimentando-os pela passagem da data que marcou a emancipação político-administrativa do município.

Deputado Romildo Titon (PMDB) ao governador solicitando o aumento do efetivo das Polícias Civil e Militar em Capinzal e Ouro, e reformas da cadeia pública do primeiro e da delegacia de polícia do segundo.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador solicitando que seja oportunizado, a todos os servidores públicos municipais de Santa Catarina, o acesso ao plano de saúde Ipes/Unimed.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador pedindo a dispensa do pagamento de encargos pelos produtores rurais, decorrentes do uso da água de rios e afluentes para irrigação de plantações.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao secretário dos Transportes e ao diretor-geral do DER sugerindo a realização de estudos de viabilidade para a duplicação da rodovia SC-444, que liga Criciúma à BR-101, passando por Içara.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Laurentino, São Ludgero, Itajaí, Witmarsum, Marema e Curitibanos, cumprimentando-os pela passagem dos aniversários daqueles municípios.

Deputado Afrânio Boppré (PT) à secretária da Educação solicitando a nomeação da secretária da E.E.B. Norberto Teodoro de Melo, da localidade de Barra Clara, em Angelina. (CW)

GERAL

Fórum para o Desenvolvimento

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Integrando-se oficialmente ao Fórum Catarinense de Desenvolvimento (Forumcat) ao sediar sua reunião anual, a Assembleia, através de seu presidente, deputado Onofre Agostini (PFL), recebeu projeto de lei regulamentando o modelo para os fóruns microrregionais e viabilizando recursos específicos para os programas. A proposta foi entregue pelo presidente do Conselho do Fórum, Vasco Furlan, também presidente do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE).

Na abertura do encontro, Agostini fez questão de salientar a importância do Forumcat, mobilizando instituições públicas e privadas, entidades governamentais e não-governamentais para fomentar o desenvolvimento local e regional a partir das potencialidades e recursos humanos e materiais de cada comunidade.

O Fórum foi criado em 1995 e destina-se a estimular e dar condições para a implementação de Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs), num modelo semelhante ao existente na Europa. A implementação das ADRs está inserida dentro do Programa Catarinense de Desenvolvimento Regional/Setorial. O



Presidente Onofre recebe projeto

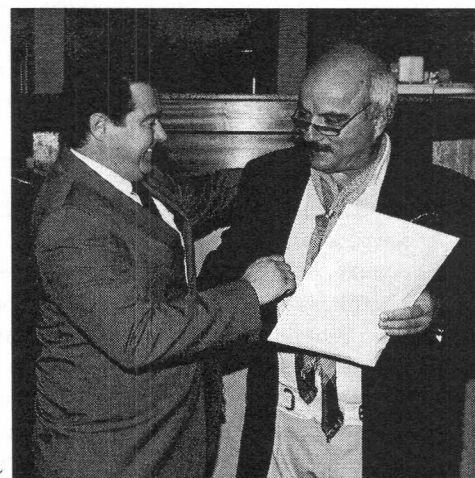
Sebrae/SC está apoiando financeiramente a criação de 14 ADRs num prazo de três anos. Cada uma das microrregiões também terá um programa de Desenvolvimento Tecnológico específico. O programa é inédito no País e o princípio é, através de parcerias envolvendo todos os segmentos da sociedade, criar condições para o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina. (MMV)

CTG Os Praianos recebe homenagem

Atendendo requerimento dos deputados Sandro Tarzan e Ivan Ranzolin, ambos do PPB, a Assembleia realizou segunda-feira (10), sessão solene em comemoração aos 30 anos de fundação do CTG Os Praianos, com sede em São José.

O presidente do Legislativo, deputado Onofre Agostini (PFL), entregou cópia da lei, de autoria do ex-deputado Aloísio Piazza, declarando de utilidade pública o CTG Os Praianos, em 27 de março de 1990, ao seu presidente, patrão Luiz Aduino Costa.

Tarzan destacou o "valioso traba-



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Agenda

Dia 14, às 19 horas – Sessão solene para entrega de título de Celeiro Catarinense a Campos Novos

Local: Salão Paroquial

Dia 17, 19 horas – Sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento do ex-presidente da República, Juscelino Kubistchek de Oliveira

Local: Plenário

Dia 18, às 14 horas – Abertura da Semana Antidrogas

Local: Plenário

Dia 18, 19 horas – Retratos de Santa Catarina – Orleans

Local: Hall da Alesc

Dia 19, às 9 horas – Audiência pública da Comissão de Saúde para debater sobre o serviço de atendimento médico de urgência

Local: Plenarinho

Dia 19, às 19 horas – Lançamento da V Festa da Paçoca de Capão Alto

Local: Hall da Alesc

Dias 20 e 21, das 8 às 19 horas – Fórum Catarinense de Saúde Mental com o tema *Reforma Psiquiátrica em Santa Catarina – O Desafio da Qualidade e da Cidadania*

Local: Plenário

Deputado Tarzan e o presidente do CTG

lho realizado pelo CTG em prol dos menores carentes, com o projeto Laçada para o Futuro, que tem como objetivo dar oportunidade às crianças e aos adolescentes. Dez comunidades serão beneficiadas com atendimento pedagógico, assistência social e de saúde, bem como alimentação", falou.

O deputado Jaime Mantelli (PDT) elogiou as atividades desenvolvidas pelos Praianos que buscam preservar, conservar e difundir a cultura gaúcha, que tem grande vigor na economia do nosso estado.

Em comemoração a data foi lançado o livro *CTG Os Praianos 30 Anos de História*, bem como um CD musical, que objetiva recuperar e perpetuar a sua história. (MOR)